



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

### A MATERNIDADE, A MULHER E A HISTÓRIA

Tacia Suane Martins dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Busca-se aqui apresentar uma reflexão teórica por meio discussão do protagonismo histórico feminino a partir dos conceitos de maternidade, maternagem, infertilidade, esterilidade e suas injunções sobre à figura feminina. Esta análise evidencia que apesar dos avanços conquistados pela luta libertária feminina, ainda há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a condição do papel de mãe.

**Palavras-chave:** Mulher, Maternidade, Maternagem, Infertilidade, Esterilidade.

**Abstract:** The aim is to present a theoretical reflection through a discussion of female historical protagonism from the concepts of maternity, maternity, infertility, sterility and its injunctions on the female figure. This analysis shows that despite the gains made by the women's libertarian struggle, there is still sociocultural pressure that imposes on women the role of mother.

**Keywords:** Women, Maternity, Maternity, Infertility, Sterility.

#### INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto da pesquisa monográfica intitulada *Habilitadas a maternar: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE*, desenvolvida pela autora no âmbito da graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2017. As razões percussoras para desenvolvimento do estudo emergiram a partir do contato da pesquisadora com mulheres que ansiavam por maternar um filho mesmo na impossibilidade de gestá-lo. Para tais mulheres, a maternagem era referenciada como um ciclo condicionante para sua feminilidade, demonstrando ser uma pretensão que visava atender prioritariamente um processo de construção identitária

Com vistas às delimitações deste artigo, optou-se por desenvolver sua estruturação a partir da reflexão teórica trazida pela pesquisa referenciada. Assim, o presente trabalho abordará o protagonismo histórico feminino, a partir da sociedade francesa dos séculos XV a XVIII, por meio da discussão a respeito dos conceitos de maternidade, maternagem e suas injunções sobre à figura feminina ao passar do tempo. Discorrerá-se também, sobre a infertilidade e esterilidade feminina, buscando elucidar como essas condições influem diretamente em estigmas sociais sobre mulheres infecundas.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: residente19.20@gmail.com.

A análise teórica é interpretada com base no materialismo histórico dialético, pois tal como Beauvoir (1970), acredita-se aqui que a humanidade é originária de um processo histórico com realidades controversas, em que a mulher não pode ser considerada como mero organismo sexuado, uma vez que ela ocupa uma posição dependente da estrutura socioeconômica da humanidade.

Assim, algumas perspectivas puderam ser evidenciadas neste estudo, com destaque para duas teorias em específico. A primeira relacionada ao fato de que as mulheres vêm sendo socialmente convencidas de que ser mãe é algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo às mesmas a carga primordial da função, haja vista que, se somente estas podem gestar, também são elas as pessoas mais apropriadas para criar os filhos. A segunda tange ao diagnóstico de infertilidade/esterilidade feminina, pois se observa que essa condição gera reações conflitantes entre as mulheres e desperta, em muitos casos, noções de inferioridade sobre si ao perceberem que a realização da maternidade não está em seu poder, levando-as a se sentirem socialmente impotentes pelo fato de não disporem de condições biológicas de reprodução.

## **MATERNIDADE E MATERNAGEM: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA SOCIEDADE FRANCESA MODERNA**

As transformações econômicas e culturais ocorridas ao longo dos séculos influíram diretamente sobre a moral e os costumes das sociedades, com destaque para a construção da figura feminina. Nota-se como a dinâmica social se mostra determinante no comportamento feminino e como as concepções sobre este têm se reafirmado ao decorrer da história.

As atribuições de práticas tidas como inerentes à natureza da mulher são, inúmeras vezes, alimentadas por rotinas conservadoras, originadas majoritariamente pelo patriarcado, segundo o qual, existe uma hierarquização entre gêneros desiguais (Saffioti, 2004). Cisne e Santos (2018), apontam que esta força ideológica tem cerca de 5.203-4 anos, não sendo legítimo, neste sentido, seu processo de naturalização, isto é, o patriarcado foi um fenômeno socialmente construído e, como tal, poderá ser superado.

Nessa perspectiva, as reflexões sobre maternidade também requerem ponderações, uma vez que, “[...] costuma-se pensar e afirmar, com muita naturalidade, que o amor materno é um sentimento inato à natureza feminina [...] independentemente das condições objetivas/subjetivas vivenciadas” (SANTOS, 1998, p.100). Esta percepção está comumente relacionada à apropriação equivocada de termos como maternidade e maternagem, dado que, a discussão sobre o papel da mulher na função biológica deve ocorrer distinta das práticas ou cuidados tidos como maternos (MOURA; ARAÚJO, 2004).

O exercício de igualar essas duas categorias acarreta na naturalização da construção de papéis sociais, isto é, o uso inapropriado dos termos contribui para que uma relação socialmente construída seja vista segundo uma ordem biológica, inerente a natureza feminina, quando, por sua vez, “[...] a maternidade diz respeito à procriação e a maternagem se inscreve no âmbito socioafetivo da criação dos filhos. Portanto, a primeira é da esfera do biológico e a segunda, do social.” (SANTOS, 1998, p. 103).

Entretanto, este equívoco não acontece por acaso, mas conforme Badinter (1985) resulta de uma prática relativamente nova na civilização ocidental e expressivamente ativa na atualidade: a exaltação do amor materno. Essa prática nutrida por valores sociais e aliada à generalização do senso comum, perpetua o discurso naturalizado a respeito da maternidade e maternagem, não se atentando ao fato de que uma não necessariamente está condicionada à outra, como assevera Santos (1998).

Com efeito, tem-se a compreensão de que a valoração e a vivência da maternidade e maternagem são determinados de acordo com a inserção das mulheres em culturas e épocas específicas, e não a partir da reprodução biológica sob determinadas condições à natureza feminina. Por isso, salienta-se que:

[...] historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam, são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45).

A título de análise, tomemos como exemplo o caso da sociedade francesa na Idade Moderna até o desencadear do modo de produção capitalista ao final do século XVIII. Gradvhol, Osis e Makuch (2014) ressaltam que a constituição familiar europeia partia unicamente de interesses econômicos. Os casamentos eram arranjados com vistas à manutenção dos bens familiares excluindo-se qualquer tipo de relação afetiva entre cônjuges e venturos filhos.

Nesse quadro, mulheres e crianças figuravam igualmente como pessoas sem relevância, sempre subordinadas ao marido/pai. Logo, não havia qualquer espécie de valor supremo atribuído à maternidade, tampouco aos bebês. Não casualmente, as crianças permaneciam vinculadas às suas famílias por tempo limitado. A maioria destas eram “abandonadas à própria sorte como forma de limitar o número de filhos” (BONNET, 1990 apud GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014, p. 56), ou preservadas junto aos pais no máximo até seus 10 anos, quando eram entregues a outras famílias para receberem instrução na condição de aprendizes, conforme salienta Ariés (1981 apud MOURA; ARAÚJO, 2004). Nesta época,

A aprendizagem não se exercia na condição formal da escola, mas confundia-se como o exercício das tarefas domésticas cotidianas, sendo o convívio constante com

adultos parte desse processo. [...] a criança passava à condição semelhante à do adulto, misturando-se a eles em todas as atividades sociais. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45).

Ao final do século XVI até meados do século XVIII outro fenômeno da relação mãe-criança se destacara na sociedade francesa: a prática de entregar os filhos a amas-de-leite (BADINTER, 1985). Apesar de ser uma tradição antiga no território francês, é somente nesta época que a atividade se generaliza, chegando a ocorrer escassez de amas.

O primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio [...]. O hábito de contratar amas-de-leite é muito antigo, já que a abertura da primeira agência de amas em Paris, data do século XIII [...]. Mas é no século XVIII que o envio das crianças a casa de amas se estende por todas as camadas da sociedade urbana. Dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou grandes cidades, a entrega dos filhos aos exclusivos cuidados de uma ama é um fenômeno generalizado. (BADINTER, 1985, p. 66-67).

Este fenômeno desencadeou elevadas taxas de mortalidade infantil na França. Em seus estudos mais recentes, Badinter (2011) evidencia que o número de mortes, em casa de amas, correspondera a 25% dos nascidos vivos, dos quais 80% eram oriundos da capital, Paris.

Entretanto, a mesma autora chama atenção a um fato específico: apesar de ser uma prática comum em toda comunidade francesa, a entrega das proles às amas-de-leite perpassara motivos distintos, variáveis de acordo com a ocupação e classe social da genitora.

Nas classes menos favorecidas socialmente, estavam as mulheres de operários e artesãos, vultosas provedoras de crianças para as amas-de-leite. Eram mulheres que não dispunham de alternativas para cuidar dos filhos, uma vez que trabalhavam junto aos seus companheiros para que, desta forma, o ofício se tornasse o mais rentável ou para que se tornassem as próprias amas das aristocratas. O filho dessas trabalhadoras era necessariamente excluído da família.

É preciso, porém, insistir no fato de que esses diferentes tipos de infanticídio foram característicos das mulheres mais pobres da sociedade. Nunca se poderá exagerar a importância do fator econômico nessas práticas assassinas. E ninguém teria a imprudência de afirmar que todas as mulheres que abandonavam, de um modo ou de outro, o filho, o faziam por falta de amor. Elas estavam reduzidas a uma tal penúria física e moral que é justo indagar se teria havido lugar para um outro sacrifício vital; como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação catastrófica? Basta pensarmos nessas mulheres do campo que, mal acabavam de parir, abandonavam o seu bebê para amamentar uma criança da cidade, recebendo sete libras por mês. Ou encontravam mulheres ainda mais miseráveis que aceitavam amamentar a criança por apenas cinco libras; tudo isso para obter um lucro de duas libras. Num ou noutro caso, a criança tinha grande probabilidade de morrer. (BADINTER, 1985, p. 75).

Em contrapartida, nas camadas mais nobres da sociedade, encontravam-se as mulheres que, economicamente, podiam agir de outra maneira. Contudo, o encaminhamento dado às suas proles, não diferia. A entrega dos filhos às amas-de-leite

também era partilhada pelas mães da alta sociedade francesa, porém sob uma lógica distinta. No caso destas mulheres, os valores tradicionais da época, era o determinante para negar a lactação. Assim:

[...] como a sociedade valoriza o homem, e, portanto, o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre o bebê. A opção dessas mulheres [...] era determinada pela influência da ideologia dominante. A autoridade do pai e do esposo domina a célula familiar. Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também seu centro: tudo deve girar em torno dele. (Ibid., p. 77).

Se contemplamos atualmente a magnitude diante da exaltação do amor materno bem como sua naturalização, como explicar este segmento de mulheres que, mesmo dispondo de condições economicamente favoráveis à criação de seus filhos, os negaram ao longo da história? Este é o mesmo questionamento realizado por Elizabeth Badinter em um tom ainda mais provocativo:

Já falamos da importância do fator econômico para o comportamento das mães [...]. Mas o que dizer dessas mulheres das classes abastadas, já que seus maridos não precisavam do trabalho delas? Que pensar dessas mulheres que tinham todos os meios para criar os filhos junto de si e amá-los, e que durante séculos não o fizeram? *Parece que elas julgaram essa ocupação indigna de si, e preferiram livrar-se desse fardo.* E fizeram, aliás, sem provocar menor escândalo. (BADINTER, 1985, p. 85, grifo próprio).

Outra justificativa utilizada pelas puérperas para entregar os filhos às amas de leite se refere às expectativas de vida em torno dos bebês. Para essas mulheres, não seria interessante nem benéfico apegar-se a um ser com tantas possibilidades de óbito no período inferior a um ano. Contudo, os altos índices de mortalidade infantil aliados às condições paupérrimas das amas-de-leite, indicara exatamente o contrário: “[...] não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número” (Ibid., p. 87).

Destaca-se que a indiferença materna na sociedade francesa, ao decorrer da Idade Moderna, não era restrita apenas às questões do aleitamento. Fatores como sexo e primogenitura, também eram relevantes para a maternagem da época. As filhas eram vistas por seus pais como verdadeiros fardos, isto porque, demandavam dotes ou, na impossibilidade destes, custavam-lhe despesas com conventos, salvo os casos em que eram encaminhadas para laborar como domésticas na casa de estranhos. Os filhos primogênitos, por sua vez, gozavam, em todas as camadas da sociedade, de um tratamento familiar nitidamente privilegiado chegando a herdar lotes de terra e bens familiares. Nesta perspectiva, surge a seguinte indagação: “[...] nesse sentimento tão seletivo, onde fica o *amor materno*, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos? A preferência pelo primogênito não é inocente, e, provavelmente, não é natural.” (Ibid., p. 92, grifo próprio).

Como visto, a discussão evidenciou uma face da maternidade escassamente contemplada nos discursos contemporâneos. É como se, na verdade, essas características, também relacionadas à sua história, fossem esquecidas, ou, minimamente ignoradas, uma vez que, contradizem o discurso do sentimento materno como algo inato à figura feminina.

A exaltação do amor materno é um fenômeno relativamente novo na sociedade ocidental. Segundo Scavone (2001), sua origem está intimamente ligada a gênese do modo de produção capitalista, uma vez que sua lógica parte da divisão entre esferas públicas e privadas, cabendo ao Estado administrar as relações de produção, e à família as condições de sobrevivência. Assim,

[...] apesar de reconhecermos que a família é insuficiente para explicar a reprodução social, ela ainda nos parece indispensável. Ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para divisão sexual do trabalho e, por extensão, da reprodução social. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 61).

Diante deste sistema, as relações maritais alteram-se, uma vez que o antigo casamento por contrato não era conveniente aos novos ideais libertários e igualitários propostos pela era liberal do capitalismo. A felicidade conjugal ganhou importância para a família e, “[...] ainda que a distinção entre homem e mulher permanecesse, a consciência social modificou-se em relação ao sentido da família e da infância, alterando profundamente as relações marido-esposa e pais-filhos.” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 46).

Deste modo, a criança que, até então era criada em comunidade, passa a ser responsabilidade dos pais, e ao homem cabe promover o sustento da casa, e à mulher os cuidados da família. Nesse período, tem início uma alteração na imagem da mulher como mãe. A maternagem passa a ser valorizada e os cuidados relativos a essa atividade passam a ser exclusivos da mãe. Compete a esta, cuidar e amamentar seus filhos. (CORREIA, 1998).

O desenvolvimento da nova função resulta na rápida associação entre mulheres, maternidade e maternagem. Concomitantemente, em torno de 1760, articulando-se aos interesses econômicos do Estado, tem-se início publicações de médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia que nutriam o discurso dos cuidados maternos como obrigação feminina, ou seja, na medida em que as responsabilidades aumentavam sob as mulheres, cresceu também o devotamento e o sacrifício feminino em prol dos filhos e da família. Desta forma, *boas mães* seriam aquelas que nutrissem um amor incondicional pelos filhos (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014), o entendimento de que se somente as mulheres poderiam gestar, por conseguinte, eram as pessoas mais apropriadas para criar os bebês.

A criança, a partir de então, vivenciara o processo de valorização, merecendo, portanto, todo cuidado e atenção da genitora. Além desta, o Estado também passara a ter

interesse na educação dos futuros cidadãos, uma vez que, a moralidade da família se constituía como essencial à consolidação do sistema capitalista (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014.).

A valoração da maternidade se estende por toda a Europa. Salienta-se o cenário conjuntural deste território na época, visto que, após a Primeira Guerra Mundial o continente europeu fora expressivamente despovoado. Assim, o interesse pela maternidade passa a responder também às questões pró-natalidade do estado capitalista, haja vista que, para esse sistema, o aumento populacional poderia favorecer o enriquecimento da nação. Logo, respondendo aos propósitos do Estado capitalista, a ideologia *maternalista* na Europa, além de incentivar o aumento das taxas de fecundidade, “transformou a maternidade em um dever patriótico. Às mães caberia o futuro da nação. Seriam elas as responsáveis pelos filhos saudáveis que se tornariam cidadãos úteis à pátria” (Ibid., p. 58). Percebe-se, no entanto, que,

Historicamente, a maternidade foi construída como o ideal máximo da mulher, representando um caminho para alcançar a plenitude e a realização da feminilidade, atrelado a um sentido de abnegação e sacrifícios prazerosos. Nas últimas décadas do século XVIII, e principalmente no século XIX, as mulheres assumiram o papel da boa mãe, com dedicação integral aos filhos e responsabilidade pelo espaço privado da família. (LEITE; FROTA, 2014, p. 153).

Ante os fatos apontados, observa-se que a mudança das atitudes femininas frente ao amor materno em defesa da criança, parte, basicamente, de dois diferentes discursos. O primeiro se relaciona ao discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, os quais apontavam a importância do número populacional para o país e os deixavam em alerta quanto aos eventuais prejuízos decorrentes de um declínio da população em toda Europa. O segundo contempla a filosofia do liberalismo, a qual dissemina ideais libertários, igualitários junto à felicidade individual, deveriam ser norteadores para o comportamento humano (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Destarte a história da maternidade na França e suas repercussões pelo território europeu, constata-se como o nobre instinto materno é variante, mutável e dependente do contexto no qual está inserido. Desta forma, infere-se que: “[...] *determinados ‘mitos’, como o do amor materno, surgiram para atender a interesses econômicos e sociais de uma determinada época e foram influenciados pelas políticas de gênero vigentes.*” (MOTTA, 2015, p. 77, grifos próprios).

## **INFERTILIDADE, ESTERILIDADE E O ESTIGMA FEMININO**

Como mensurado em linhas anteriores, a maternidade e a maternagem são circunstâncias que podem se encontrar ou divergir, à vista que, uma refere-se aos fatores biológicos e a outra aos aspectos sociais, ou seja, uma não necessariamente está

condicionada à outra. Neste sentido, torna-se elementar a discussão sobre as mulheres que se abdicam de algum destes contextos, quer seja por sua escolha, enquanto possível sujeito livre protagonista de sua história, quer seja por razões biológicas, como nas situações de infertilidade e esterilidade.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esterilidade e infertilidade têm significações distintas. Enquanto a primeira corresponde à nula capacidade de gerar filhos, a segunda refere-se à diminuição desta capacidade, ou seja, para a OMS, conceitua-se infértil o casal que após um ano de tentativas sem a utilização de qualquer tipo de método contraceptivo, não consiga engravidar (RIEDI; SARTORI, 2013).

No entanto, para Straube (2007), tanto a infertilidade como a esterilidade, historicamente caracterizam-se como motivos de dissabores para homens e, principalmente, mulheres, considerando que a reprodução denota uma condicionalidade para adequação destes seres ao seu meio. Leite e Frota (2014) apontam que o filho biológico é socialmente representado como uma extensão de seus pais, e garante a estes a manutenção das gerações familiares. Assim, “é comum que o ser humano busque no filho biológico uma possibilidade de transcendência, uma vez que ele é percebido como uma maneira de perpetuação da própria existência.” (Ibid., p, 152).

É neste contexto que emergem, por exemplo, as chamadas Tecnologias de Reprodução (TR) com vistas a proporcionar a fecundidade desses indivíduos. Miranda e Moreira (2006) atribuem que há na pós-modernidade uma lógica narcísica para este fenômeno. Para estas autoras, a crescente busca por técnicas de fertilizações assistidas entre casais inférteis ou estéreis, relaciona-se a uma realização pessoal desses indivíduos em vislumbrar sua herança genética em outro ser, mesmo considerando as subjetividades que o processo engloba. Dessa forma,

Não se pode negar que um casal que busca o saber da técnica para realizar seu sonho de maternidade e paternidade está na busca pela realização concreta de uma família. Todavia, acredita-se que o discurso latente esconde um desejo de realização pessoal embebido em puro narcisismo, baseado no prazer único de gerar um filho do próprio ventre, que porte a herança genética de cada genitor. Assim, a ideia de supremacia do desejo narcísico sobre os projetos tradicionais e coletivos na pós-modernidade alimenta a ideia de que a busca pela fertilização tem como forte influência o desejo de realização narcísica (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 190).

No manuscrito *Capital y Tecnologia* de 1861-1863, Marx (1980) relacionara o avanço tecnológico com o modo de produção capitalista, ao assinalar as formas de apropriação que este desenvolve. Para o citado autor, a ciência é subvertida à lógica do sistema com vistas à maximização do lucro, o que resulta nos altos investimentos do capital para com o desenvolvimento científico, uma vez que este será utilizado em seu benefício

Nesta lógica, chama-se atenção para a apropriação capitalista sobre as demandas manifestas pela humanidade que, por sua vez, são construídas de acordo com a lógica do

referenciado sistema. Miranda e Moreira (2006) apontam que as apropriações capitalistas sobre as tecnologias voltadas ao tratamento da infecundidade podem se constituir como um negócio consideravelmente rentável, uma vez que as clínicas de reprodução assistida apresentam complexas intervenções que requerem um alto investimento por parte dos inférteis/estéreis. Assim,

A lógica capitalista pós-moderna apropria-se da infertilidade, oferecendo ao consumo uma técnica onerosa. Algumas pacientes queixam-se, por exemplo, de sentir-se em um meio elitizado e de que sua infertilidade é tratada dentro da lógica do mercado de consumo, regido pelas leis da economia. A sedução do consumo vai ao encontro de uma outra característica da cultura ocidental na atualidade, o narcisismo. (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 191).

Observa-se que a análise da lógica de mercado com a condição de infertilidade/esterilidade produz questões meritórias de debates, as quais, apesar de não serem centrais neste ensaio, retomam ao debate de Cines e Santos (2018, p.49), que ao refletirem sobre o método de análise marxiano concluem: “[...] não são as ideias e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determinam as normas e as ideias.”

Ao analisar a condição de infértil/estéril do ser feminino, torna-se válido apontar Straube (2007), que ao concluir sua análise observara durante as últimas décadas que, tanto no contexto social como biomédico, a questão da infertilidade fora tida como problema exclusivamente feminino, sua percepção como problema do casal é questão recente.

Assim, Oliveira (2015, s/p) indica que a infertilidade não é um problema exclusivo da mulher. Aproximadamente 40% das causas estão relacionadas com fatores femininos e 40% com fatores masculinos. Em 20% dos casos, ambos os fatores estão presentes. Destaque-se o fato de que:

Por mais que a infertilidade deva ser considerada como um problema do casal, a mulher parece ser vista como a principal responsável pelos problemas reprodutivos, não só culturalmente, como também dentro da comunidade médica. Por mais que este não seja o procedimento padrão recomendado, os exames para investigar o motivo da infertilidade ainda são indicados primeiramente às mulheres. (LEITE; FROTA, 2014, p. 152).

Neste sentido, observa-se que a responsabilidade de gerar uma criança é primordialmente associada às mulheres, desconsiderando-se o fato de que para o sucesso da fecundação é necessário o material genético reprodutivo de ambos os sexos, e não somente o feminino. Ignorar esta premissa e atribuir preliminarmente a condição de infertilidade tão somente a mulher, só contribui para que a figura feminina permaneça em posições ainda estigmatizadas.

De acordo com Goffman (2004), o estigma parte da explicação de inferioridade e seus perigos, os quais tendem a desvalorizar, discriminar e desumanizar o indivíduo.

Atualmente, o termo é utilizado para referenciar características de comportamento ou rótulos que, simbolicamente, marcam e atuam no indivíduo como motivo de vergonha e desaprovação. A se tratar da infertilidade feminina:

Nos estudos históricos e antropológicos, raramente se encontram referências à infertilidade masculina, o que sugere que os problemas reprodutivos do casal têm sido, desde sempre, atribuídos às mulheres, engendrando metáforas e simbologias pejorativas e humilhantes, principalmente nas sociedades patriarcais. (TRINDADE, ENUMO, 2002, p. 154).

Na passagem do século XVIII para o XIX, tem-se a propagação da imagem do corpo feminino como um aparelho voltado naturalmente para procriação, uma vez que a mulher passara a ser associada à figura da Virgem Maria: amorosa, benevolente e maternal. (BADINTER, 1985). Desde então, culturalmente, o corpo da mulher infértil/estéril passa a ser encarado como um corpo que precisa de reparos, uma vez que, “naturalmente”, ele destoa de sua função primordial.

A infertilidade feminina reflete-se no corpo como diferença e falha que delata a precariedade da condição humana. A alteração do corpo acarreta a fantasia de que ele não é apropriado e convém endireitá-lo. Essa visão autoriza um olhar depreciativo em relação ao próprio corpo [...]. Assim, no cenário pós-moderno, o corpo da mulher infértil é tomado como rascunho, que, não assumido pela técnica, torna-se indigno e deve, portanto, ser submetido aos procedimentos de controle da ciência, a fim de suprir suas falhas ontológicas. O corpo rascunho precisa ser entregue à medicina para ser "passado a limpo." (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 187).

A literatura tem evidenciado que o diagnóstico de infertilidade gera reações conflitantes entre as mulheres o que desperta em muitos casos noções de inferioridade sobre si ao perceber que a realização do seu desejo não está sob seu poder, portanto, é comum que estas se sintam impotentes, e, “[...] devido a essa sensação de ‘anormalidade’, as mulheres com problema de infertilidade costumam ficar com vergonha perante a sociedade, uma vez que, geralmente, são responsabilizadas pelo sucesso ou pelo fracasso da reprodução” (MAUX; DUTRA, 2009 p. 114).

Deste modo, as mulheres são socialmente convencidas de que ser mãe é algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo às mesmas a carga primordial da função. Logo, se este arbítrio não se concretiza “naturalmente” ou através da intervenção científica, faz-se necessário a busca por métodos que viabilizem, de algum modo, a figura materna para o ser feminino. É neste sentido, que muitas mulheres com destaque para aquelas que desenvolvem relações maritais, buscam à adoção, por exemplo, uma vez que, a adoção ainda é majoritariamente vista como:

[...] uma filiação de segunda linha, realizada por pessoas que não conseguem gerar os próprios filhos. Embora autores afirmem que a adoção não é mais vista como uma solução para quem não tem filhos pelas vias biológicas, a infertilidade ainda é a maior motivação que leva casais a procurar adotar uma criança. (MAUX; DUTRA, 2009, p. 115).

Entretanto, corroboro com diversos autores, a exemplo de Hamand (2002), Schettini, (2009) e Campos (2010) quanto ao fato de que a adoção não pode ser vista como um artifício de reparação. A incapacidade ou inviabilidade de gerar um filho, por si só, não justifica a adoção, uma vez que esta integra um ato complexo e de relevante teor subjetivo.

Contudo, o que tem-se manifesto atualmente na sociedade é que, o alto custo dos processos de fertilizações, os índices de insucessos aliados aos desgastes emocionais, têm auferido visibilidade na prática de adoção entre as mulheres na condição de inférteis/estéreis, adquirindo expressiva aceitação e adesão deste público, não só pelos fatores genéticos, mas por todo contexto sociocultural evidenciado neste trabalho.

## CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, buscou-se nesse trabalho contribuir para desmistificar a intrínseca relação entre maternidade, maternagem e identidade feminina. O discurso atualmente aceito sobre naturalização e/ou interligação destes conceitos, não tem ponderado o fato de que eles não necessariamente se condicionam. Com vista à análise histórica dos termos, contactou-se, principalmente através da realidade moderna francesa, que *ser mãe* ultrapassa a circunstância biológica e concretiza-se como uma construção social.

Atualmente, tem-se ainda a persistência de uma pressão sociocultural para que as mulheres, ao longo da vida, tornem-se mães. A dedicação materna é apontada como algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo a tais mulheres a carga primordial da função, considerando que se somente estas podem gestar, também são elas as pessoas mais apropriadas para criar os filhos.

Observou-se que o diagnóstico de infertilidade/esterilidade gera reações conflitantes entre as mulheres e desperta, em muitos casos, noções de inferioridade sobre si ao perceberem que a realização da maternidade não está em seu poder, levando-as a sentirem-se socialmente impotente pelo fato de não dispor de condições biológicas de reprodução

Compreende-se, neste sentido, que o empoderamento feminino, a inclusão das mulheres em novos espaços sócio-ocupacionais, o direito ao voto e a contracepção, entre tantos outros avanços na história feminina, não foram suficientes para romper ou, minimamente, desconstruir as concepções equivocadas sobre maternidade e maternagem. Por este ângulo, podemos dizer que “a mulher tem sido discriminada durante o longo processo de desenvolvimento da humanidade, através da construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas, que objetivaram a sua submissão” (MOREIRA, 2005 p. 38-39), uma vez que, a exaltação do amor materno tal como se percebe na

contemporaneidade, apresenta resquícios expressivos de uma conservadora tradição repressiva sobre a mulher.

## Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2004. Disponível: <1988http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

GRADVOHL, Silvia; OSIS, Maria José; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1679494X2014000100006>. Acesso em: 28 fev. 2017.

LEITE, Renata; FROTA, Ana Maria. O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica. **Abordagem Gestáltica**. [online]. v. 20, n. 2, p. 151-160, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S180968672014000200002>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MARX, Karl. **Capital y Tecnologia**. Manuscritos de 1861-1863. México: Terra Nova, 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MAUX, Ana Andréa; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. In: **Estudo de Psicologia** [online], v. 14, n. 2, p. 113-121, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n2/a04v14n2>. Acesso em 29 jan. 2017.

MIRANDA, Fernanda; MOREIRA, Jacqueline. A infertilidade feminina na pós-modernidade: entre o narcisismo e a tradição. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 39, p. 183-189, abr., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/17994/16942>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MOTTA, Maria Antonieta. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, Solange; ARAÚJO, Maria. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. In: **Psicologia**: Ciência e Profissão. Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414\\_98932004000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414_98932004000100006)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

RIEDE, Jane; SARTORI, Giana. Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. **Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 138, p. 143-154, junho/2013. Disponível em: <[http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138\\_354.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: **Caderno Pagu**. Pagu, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SAFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Lucinete. Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XIX, n. 57, ano XIX, p. 83-109. São Paulo: Cortez, julho 1998-109.